

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA (ORG.)
FRANCISCO M. SALZANO
NIÉDE GUIDON
ANNA CURTENIUS ROOSEVELT
GREG URBAN
BERTA G. RIBEIRO
LUCIA H. VAN VELTHEM
BEATRIZ PERRONE-MOISÉS
ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA
ANTÔNIO PORRO
FRANCE-MARIE RENARD-CASEVITZ
ANNE CHRISTINE TAYLOR
PHILIPPE ERIKSON
ROBIN M. WRIGHT
NÁDIA FARAGE
PAULO SANTILLI
MIGUEL A. MENÉNDEZ
MARTA ROSA AMOROSO
TERENCE TURNER
BRUNA FRANCHETTO
ARACY LOPES DA SILVA
CARLOS FAUSTO
MARY KARASCH
MARIA HILDA B. PARAÍSO
BEATRIZ G. DANTAS
JOSÉ AUGUSTO L. SAMPAIO
MARIA ROSÁRIO G. DE CARVALHO
SILVIA M. SCHMUZIGER CARVALHO
JOHN MANUEL MONTEIRO
SONIA FERRARO DORTA

HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL

2ª edição

FAPESP
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DE SÃO PAULO


COMPANHIA DAS LETRAS

SMC
SECRETARIA
MUNICIPAL DE CULTURA
INSTITUTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Copyright © 1992 by os Autores

Projeto editorial:
NÚCLEO DE HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

Capa e projeto gráfico:
Moema Cavalcanti

Assistência editorial:
Marta Rosa Amoroso

Edição de texto:
Otacílio Fernando Nunes Jr.

Mapas:
Alicia Rolla
Tuca Capelossi

Mapa das etnias:
Clarice Cohn
Edmundo Peggion

Índices:
Beatriz Perrone-Moisés
Clarice Cohn
Edgar Theodoro da Cunha
Edmundo Peggion
Sandra Cristina da Silva

Pesquisa iconográfica:
Manuela Carneiro da Cunha
Marta Rosa Amoroso
Oscar Calávia Saéz
Beatriz Calderari de Miranda

Revisão:
Carmen Simões da Costa
Eliana Antonioli

1ª edição 1992

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História dos índios no Brasil / organização Manuela Carneiro da Cunha. — São Paulo : Companhia das Letras : Secretaria Municipal de Cultura : FAPESP, 1992

Bibliografia.
ISBN 85-7164-260-5

1. Índios da América do Sul — Brasil — História I.
Cunha, Manuela Carneiro da.

92-1393

CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:
I. Brasil : Índios : História 980.41

1998

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 866-0801
Fax: (011) 866-0814
e-mail: coletras@mtecnetsp.com.br

AL BR
F2519
.H57
1998x

A HISTÓRIA DA CULTURA BRASILEIRA SEGUNDO AS LÍNGUAS NATIVAS



Greg Urban

Tradução: Beatriz Perrone-Moisés

O que podemos aprender acerca da história pré-colombiana do Brasil pelo estudo de línguas ameríndias historicamente documentadas? Podemos potencialmente aprender muito sobre o período a partir de 4000-5000 a.C. até hoje, vendo cada vez com mais clareza e certeza à medida que nos aproximamos do presente. Podemos formular hipóteses sobre a localização dos povos indígenas em diversos momentos do passado — este capítulo desenvolverá, especificamente, uma hipótese da periferia ou regiões de cabeceiras. E podemos testar modelos de seqüenciamento cultural histórico que situam a linguagem e a comunicação em relação às forças materiais, econômicas e políticas.

Contudo, deve ficar claro desde o início que a pesquisa sobre as línguas indígenas do Brasil está muito aquém do necessário para uma reconstrução. A história da cultura brasileira, apreendida por meio das línguas nativas, ainda está envolta no mais negro mistério, a ponto de ser mais adequado falar em graus relativos de *incerteza* do que de *certeza*. O quadro aqui traçado corre o risco de ser claro demais, o que implica a possibilidade de mascarar a complexidade de nossos dados e o caráter preliminar de nossa hipótese.

Ao afirmar que podemos aprender potencialmente muito sobre a história da cultura brasileira por meio das línguas queremos dizer que isso é possível, em primeiro lugar, *se* possuímos gramáticas, fonologias e vocabulários organizados e detalhados para todas as línguas e, em segundo lugar, *se* tivermos aplicado a

elas, com rigor, o método de reconstrução desenvolvido na lingüística comparativa. Na verdade, possuímos bons dados lingüísticos para apenas uma fração das línguas documentadas e o método da reconstrução foi adequadamente aplicado apenas em alguns casos, e ainda assim com sucesso variável. Estamos começando a conhecer suficientemente as línguas Tupi, e nosso conhecimento das línguas Arawak está avançando bastante. Temos menos certezas quanto às línguas Jê e nosso conhecimento da família Karib é apenas rudimentar.

Devemos ainda enfatizar que o método da reconstrução é o único que temos para atingir um grau razoável de certeza quanto à história. Ainda que seja possível formular — e costumam ser formuladas — hipóteses a partir de um exame superficial de vocabulários, estas não têm meios de distinguir semelhanças devidas ao empréstimo daquelas decorrentes de origem histórica comum. A virtude do método da reconstrução é justamente permitir-nos fazer tal distinção e determinar as relações *genéticas*¹ entre as línguas, ou seja, relações derivadas de origem histórica comum para duas ou mais línguas faladas atualmente.

O defeito da técnica da reconstrução vem de ela ser trabalhosa e demorada, além de sua qualidade depender diretamente da dos dados lingüísticos a que se aplica. Embora não possamos demonstrar a técnica aqui,² esta envolve: 1) juntar longas listas de palavras fonemizadas das línguas a serem comparadas; 2) isolar correspondências de som, isto é, de-

monstrar que quando um som ("p", digamos) ocorre na língua A, ocorre um som correspondente ("f", digamos) no mesmo lugar em cada palavra na língua B com o mesmo significado; 3) reconstruir a partir das correspondências sonoras uma protofonologia, ou seja, uma fonologia da língua ancestral das línguas que estão sendo comparadas; 4) estabelecer um protoléxico ou protovocabulário; e 5) mostrar como as palavras das línguas "filhas" podem ser derivadas do protoléxico através da aplicação de regras de transformação sonora a este. As palavras assim derivadas são chamadas de cognatos. Quando as palavras nas línguas A e B são as mesmas ou muito semelhantes, mas não podem ser derivadas desse modo, são consideradas como invenções ou produtos de empréstimo.

O método da reconstrução não só nos diz

que um grupo de línguas modernas deriva de uma ancestral comum, como também quais línguas estão mais próximas entre si, dentro desse grupo, e quais mais distantes. Desse modo é possível construir uma *stammbaum* ou árvore genealógica de uma família lingüística, indicando em termos relativos quando as línguas de uma família se diferenciaram umas das outras. Sabemos, por exemplo, que as línguas Jê do Brasil têm uma origem histórica comum, mas também sabemos que o ramo mais meridional da família, representado atualmente pelo Kaingang e pelo Xokleng, separou-se muito antes de ocorrer a diferenciação entre os outros membros da família. Sabemos ainda que as línguas Xavante e Xerente são muito mais próximas uma da outra do que o são do Kayapó, do Suyá ou do Krahô, estas bastante ligadas umas às outras.

Uma questão que surge em relação à reconstrução lingüística, e que é especialmente importante para a história da cultura, é a da profundidade cronológica. É possível saber quando duas línguas se diferenciaram de uma ancestral comum? O lingüista Morris Swadesh (1950, 1952; Gudschinsky, 1964) desenvolveu um método para estimar a profundidade cronológica. Esse método, conhecido como glotocronologia, requer que se determine primeiramente, a partir de um vocabulário básico de cem ou duzentos termos comuns, quais são os verdadeiros cognatos, isto é, quais as palavras que se pode demonstrar serem derivadas de uma única palavra ancestral. O método da reconstrução deve ser utilizado para distinguir verdadeiros cognatos de empréstimos. A partir do percentual de cognatos, pode-se estimar a profundidade cronológica. Uma taxa de 81% de cognatos indicaria cinco séculos desde que as duas línguas se separaram; 36% indicariam aproximadamente 2500 anos de separação; 12%, uns 5 mil anos.

Por causa das dificuldades de aplicação do método, especialmente de se fazer uma busca suficientemente exaustiva de cognatos, não consideramos mais a datação glotocronológica como precisa. Mesmo sem ela, contudo, pode-se ter uma idéia do tempo envolvido comparando os graus de semelhança entre as línguas em questão com os encontrados no caso indo-europeu, cujo material histórico pode corroborar as datas absolutas envolvidas na diferenciação lingüística. Assim, se as línguas



falantes do Brasil central, vivendo em algum lugar entre os rios São Francisco e Tocantins, há uns 2 ou 3 mil anos. Podemos reconstruir essa palavra através das línguas Jê atuais, cuja distribuição sugere uma origem naquela região. Com trabalho suficiente, poderíamos reconstruir as palavras para plantas e animais, o que nos permitiria saber algo sobre o meio ambiente em que a protolíngua floresceu. Poderíamos reconstruir aspectos do parentesco, organização social e vida política, como foi feito em relação às línguas indo-europeias.³ Mas nossa pesquisa sobre as línguas brasileiras ainda não está tão avançada.

Existem no Brasil quatro grandes grupos lingüísticos com numerosos membros espalhados por vastas áreas: Arawak, Karib, Tupi e Jê. Neste breve ensaio, considero cada um desses grupos separadamente, com alguns comentários quanto às suas possíveis inter-relações. Existem ainda vários grupos lingüísticos menores, com menor número de línguas e distribuição mais compacta no mapa: Chapacura, Guaykuru, Katukina, Maku, Mura, Nambikwara, Pano, Tukano e Yanomami. Considerarei esses grupos em conjunto, sem me referir às suas histórias culturais internas, embora cada um deles mereça um estudo detalhado. Além disso, há línguas isoladas, desligadas de famílias, das quais tratarei numa seção. Estas são importantes, pois sua distribuição pode informar sobre a história cultural mais remota do Brasil.

JÊ

É comum atualmente fazer-se uma distinção entre a família Jê propriamente dita e o chamado Macro-Jê. Se imaginarmos uma árvore, a família Jê representaria um ramo relativamente recente, que se separou há uns 3 mil anos ou mais, a julgar pelas semelhanças internas entre as línguas Jê atualmente encontradas. As línguas Jê parecem ser mais diversificadas internamente do que as da família românica do indo-europeu. Mas foi demonstrado que todas as línguas Jê estão ligadas (Davis, 1966, 1968).

No caso do Macro-Jê (incluindo Kamakã, Maxakali, Botocudo, Pataxó, Puri, Kariri, Ofaié, Jeikó, Rikbaktsá, Guató e, possivelmente, Bororo e Fulniô), trata-se de relações mais distantes, datando provavelmente de uns 5 ou 6 mil anos pelo menos. Conseqüentemente, sabe-se menos quanto às suas filiações gené-

ticas e, na verdade, foram feitas muito poucas tentativas de aplicação rigorosa do método comparativo a esses casos.

Temos muito mais certezas quanto à família Jê propriamente dita, em grande parte graças à reconstrução inicial de Davis (1966). Mas também neste caso ainda é preciso muito trabalho para que se possa afirmar com mais segurança a estrutura proposta da árvore. Felizmente, temos agora à disposição informação gramatical básica suficiente para permitir uma reconstrução mais detalhada.

Pelo Mapa 1, percebe-se que toda a rede de línguas geneticamente filiadas ao tronco Macro-Jê está concentrada na parte oriental e central do planalto brasileiro. O grupo central dos Jê, cuja radiação supomos ter-se iniciado há uns 3 mil anos, está localizado entre populações com relações mais afastadas a leste e a oeste. Da distribuição depreende-se que esse grupo de Jê propriamente dito teria se originado em algum lugar entre as nascentes dos rios São Francisco e Araguaia, possivelmente nas proximidades do grupo Jê Central atualmente extinto, conhecido como Xakriabá.

A primeira separação teria ocorrido entre os Jê meridionais (Kaingang e Xokleng) e o resto. Estes teriam iniciado sua migração em direção ao sul nesse momento, há uns 3 mil anos, mas não se tem idéia de quando teriam chegado à região que atualmente ocupam no sul do Brasil. Tampouco se sabe por que migraram, embora um estudo do relevo geográfico mostre que se dirigiram a uma região de planalto semelhante ao seu hábitat originário.

Uma segunda cisão ocorreu entre os ramos central e setentrional; o grupo setentrional se dirigiu à bacia amazônica e foi-se expandindo gradualmente também para o oeste. Taxas de cognatos entre os ramos central e setentrional sugerem uma idade entre 1 e 2 mil anos para essa separação. A diferenciação interna dos grupos central e setentrional ocorreu provavelmente durante os últimos mil anos. Já as diferenciações internas entre os dialetos Timbira orientais (Canela, Krinkati, Pukobyê, Kranjé, Gavião e Krahô) e entre os vários dialetos Kayapó (Kubenkranken, Kubenkrañoti, Mekrañoti, Kokraimoro, Gorotire, Nixrin e Txukahamãe) teriam provavelmente ocorrido nos últimos quinhentos anos.

O hábitat das populações Jê era o planalto brasileiro, e se olharmos para a rede mais au-



pla dos povos Macro-Jê, veremos que esse padrão de adaptação ao meio se manteve. Nesse sentido, é lastimável que não tenhamos mais trabalhos aprofundados acerca das relações internas dentro do grupo mais amplo, que talvez nos permitissem apontar mais precisamente o foco de dispersão. O que sabemos é que duas das línguas Macro-Jê — o Karajá, localizado próximo do Xavante, Jê Central, e o Maxakali, localizado no Brasil oriental, a leste e ao sul do Xakriabá, também Jê Central — apresentam taxas de cognatos em relação a outros membros da família Jê que sugerem uma separação de mais de 3 mil anos.

Se considerarmos as línguas Macro-Jê em conjunto, veremos que formam um anel em torno do Brasil central-oriental. O limite setentrional da área é definido por uma linha que vai dos Fulniô no extremo leste do Brasil, junto à foz do rio São Francisco, aos Rikbaktsá, localizados ao longo do rio Juruena. Isso corrobora a hipótese de que a penetração Kayapó e Timbira em direção ao norte é recente, e de que suas regiões de origem se encontrariam mais ao sul. É interessante a sugestão de um estudo de Joan Boswood (1973:71), de que a língua Rikbaktsá é provavelmente mais próxima do Jê propriamente dito do que o Karajá ou o Maxakali. Ela indica uma taxa de cognatos de 38% entre o Rikbaktsá e o proto-Jê, mas não sabemos quais são as taxas de cognatos para relações entre as várias línguas Jê. A necessidade de mais estudos nesse sentido fica evidente.

O limite ocidental da expansão Macro-Jê é definido por uma linha entre os Rikbaktsá ao norte, passando pelos Bororo e Guató, que se dirige para o sudeste até os Ofaié. A posição do Bororo no Macro-Jê continua duvidosa, apesar dos primeiros materiais reunidos por Guérios (1939), e a posição do Ofaié requer estudos mais aprofundados, embora Gudchinsky (1971) tenha feito uma primeira tentativa.

O limite meridional vai dos Ofaié para o leste até os Puri, no extremo leste do Brasil, cuja língua está atualmente extinta. Esse limite confirma a hipótese de que os Jê meridionais teriam se deslocado para suas áreas atuais vindos do norte. É interessante o fato de ter ocorrido, historicamente, uma tal concentração de línguas Macro-Jê na parte leste do Brasil, desde o Rio de Janeiro até a Bahia. Essa poderia

ser a zona de origem do Macro-Jê, uma especulação que poderia ser iluminada por reconstruções das relações internas entre as famílias Macro-Jê nessa área (Maxakali, Botocudo, Puri e Kamakã). Se forem apenas remotamente relacionadas umas às outras, esta seria uma área de grande diversidade lingüística para o grupo Jê e, assim, um possível local de dispersão ocorrida há 5 ou 6 mil anos.

Antes de deixarmos os Jê, é importante notar que o Macro-Jê está possivelmente relacionado ao Tupi e talvez também ao Karib. Davis (1968) apontou alguns possíveis cognatos e Rodrigues (1985a) avançou com um estudo importante que o confirma. O interessante é que, ao contrário de especulações iniciais, nenhum desses grupos lingüísticos parece estar diretamente relacionado ao Pano nem ao Arawak. Voltaremos a esse problema após uma discussão das línguas Tupi e Karib, já que a história mais antiga da cultura do Brasil exigirá provavelmente que se relacionem as famílias Tupi, Jê e Karib.

TUPI

A filiação genética entre as línguas do grupo Macro-Tupi é mais conhecida do que as filiações no grupo Macro-Jê. Isso se deve em grande parte ao trabalho comparativo do grande lingüista brasileiro Aryon Dall'Igna Rodrigues (1958, 1964, 1985a, 1985b, 1986). Dispomos ainda de uma reconstrução detalhada da família principal dentro do grupo Macro-Tupi, conhecida como Tupi-Guarani (Lemle, 1971). Restam poucas dúvidas quanto às ligações genéticas entre as línguas Tupi-Guarani e temos uma segurança considerável no que diz respeito às línguas Macro-Tupi, embora as posições dentro da árvore provavelmente sejam revistas no futuro, à medida que a pesquisa prossiga.

O principal grupo Tupi, o Tupi-Guarani, é análogo ao Jê dentro do Macro-Jê, embora suas línguas sejam provavelmente mais próximas umas das outras. Aryon Rodrigues (1986:29 ss.) o compara ao grupo românico dentro do indoeuropeu. As diferenças parecem ser da mesma ordem de magnitude, o que sugeriria pelo menos 2 mil anos de divergência.

O Mapa 2 mostra a distribuição dos povos Tupi-Guarani, que — e isso é interessante — estão mais espalhados do que o grupo de famílias mais afastadas Macro-Tupi. Os Macro-Tupi, excetuando-se os Tupi-Guarani, estão





concentrados numa área no Brasil centro-oeste entre o rio Madeira a oeste e o rio Xingu a leste. Estendem-se até o Amazonas, mas apresentam uma concentração e diversidade maiores no estado de Rondônia. A área geral de dispersão dos povos Macro-Tupi, que teria ocorrido entre 3 e 5 mil anos atrás, situa-se provavelmente entre o Madeira e o Xingu, ao que tudo indica mais próximo das áreas de cabeceira do que das várzeas dos grandes rios. Se assim for, os falantes de Macro-Tupi teriam tido originariamente um padrão de adaptação ecológica semelhante aos de Macro-Jê numa data análoga. Teriam estado nas terras mais altas, os Jê a leste e ao sul, os Tupi mais a oeste e ao norte. Isso situaria os Jê nas cabeceiras das bacias do São Francisco, Araguaia-Tocantins e Paraguai, e os Tupi nas redondezas dos tributários orientais do Madeira, nas cabeceiras do Tapajós e do Xingu.

No caso Jê, é importante notar o caráter incompleto de nossos conhecimentos. Loukotka (1968) lista uma série de línguas extintas no nordeste brasileiro. Se fossem ligadas ao Macro-Jê, isso poderia indicar uma origem mais a nordeste, ainda em região alta. Não temos o mesmo problema no que se refere às populações Tupi, já que as línguas atualmente extintas faladas antigamente ao longo da costa pertencem todas à família Tupi-Guarani e são, provavelmente, dialetos de uma única língua, que havia se deslocado recentemente para a região.

De fato, a grande expansão geográfica das línguas Tupi não está associada à antiga dispersão Macro-Tupi, e sim à explosão que ocorreu com a expansão da família Tupi-Guarani. Esta teria ocorrido há uns 2 ou 3 mil anos, e não há 4 ou 6 mil anos, e parte da dispersão é provavelmente muito recente.

Supondo-se que os grupos Tupi-Guarani tenham começado a se diferenciar de outros Macro-Tupi em algum lugar entre o Madeira e o Xingu, parece evidente que os Kokama e os Omágua se deslocaram para cima em direção ao Amazonas. Faziam parte da primeira cisão do grupo Tupi-Guarani. Pela mesma época, os Guaiaki teriam se deslocado para o sul, atingindo a região do atual Paraguai, e os Xirionó teriam se dirigido para o sudoeste, penetrando na Bolívia.

Essa fase de separação e dispersão foi seguida pela do grupo central mais proximamen-

te relacionado de falantes Tupi, que inclui os Pauserna e Kawahib a oeste, os Kajabi e Kamayurá ao longo do Xingu, os Xetá, que se dirigiram para o extremo sul do Brasil, e os Tapirapé e Tenetehara, que partiram em direção nordeste, atravessando o Xingu e o Tocantins, até próximo da foz do Amazonas. Os Oyampi também faziam parte dessa dispersão, tendo talvez se deslocado na frente dos Tapirapé e Tenetehara, atravessando o Amazonas e chegando até ao norte do Brasil e às Guianas.

A dispersão final teria ocorrido após o ano 1000, já que há dados indicando que várias línguas seriam, então, uma única língua, reunidas sob o nome de "Tupi-Guarani", que não deve ser confundido com a família mais ampla. Essa língua era falada pelos Chiriguano e Guarayo na Bolívia, pelos Tapieté e Guarani no Paraguai, pelos Kaingwa na região entre o Paraguai, a Argentina e o Brasil e por grupos que ocupavam a costa do Brasil até a foz do Amazonas: os Tupinambá, Tupiniquins e Potiguara.

As línguas Tupi, considerando o atual estado do conhecimento, parecem se distinguir das línguas Jê em seus padrões de dispersão geográfica. Entre os Jê, a distância geográfica parece corresponder, *grosso modo*, à distância histórica. Línguas mais próximas tendem a se manter juntas, como se a língua se reproduzisse segundo um processo de ramificação em que novos galhos empurram os velhos galhos mais para longe. Não é exatamente isso o que ocorre, especialmente no que diz respeito ao núcleo Jê a ao deslocamento dos Jê meridionais para o extremo sul do Brasil. Mas é de modo geral verdadeiro em comparação com os Tupi.

Entre os Tupi, em vez de ramificações, encontramos um padrão de explosões e radiações a partir de centros. Conseqüentemente, línguas muito distantes acabam se revelando muito relacionadas. A relação entre o Chiriguano na Bolívia e o Potiguara na costa norte do Brasil talvez seja o exemplo mais eloqüente. Mas se nos distanciarmos no tempo, teremos os Oyampi ao norte do Amazonas e os Xetá no sul do Brasil. Remanescentes de uma explosão ainda mais antiga são os Kokama no nordeste do Peru e os Guaiaki no Paraguai.

No seu extrato mais antigo, as famílias Macro-Tupi, o padrão geográfico não é tão diferente do dos Jê. Os Macro-Tupi têm uma dis-

tribuição compacta. Tem-se no entanto a sensação de que, ao longo do tempo, a mobilidade tornou-se um traço mais central das comunidades lingüísticas. Os dados lingüísticos não nos permitem saber se isso representa uma mudança na adaptação ecológica ou em outros aspectos das culturas. No momento em que se chega à língua Tupi-Guarani propriamente dita, a mobilidade geográfica é um traço essencial. Em suma, os grupos Tupi, a cada diferenciação sucessiva, parecem se tornar mais migratórios, menos presos a espaços físicos. As línguas e (se pudermos passar da língua para a cultura) as culturas se tornam cada vez mais móveis.

Faria sentido que os Macro-Tupi, durante a fase de dispersão (talvez 4-6 mil anos atrás), se parecessem mais com os Macro-Jê. A hipótese avançada por Rodrigues (1985a), assim como por Davis (1968), é de que os Jê e Tupi estão relacionados a distância. Se existe realmente uma relação, essa só pode ser, evidentemente, distante. Atribuir à conexão uma profundidade cronológica mínima (digamos de 5 a 7 mil anos) acrescenta pouco à nossa compreensão, e apenas indica nossa incerteza.

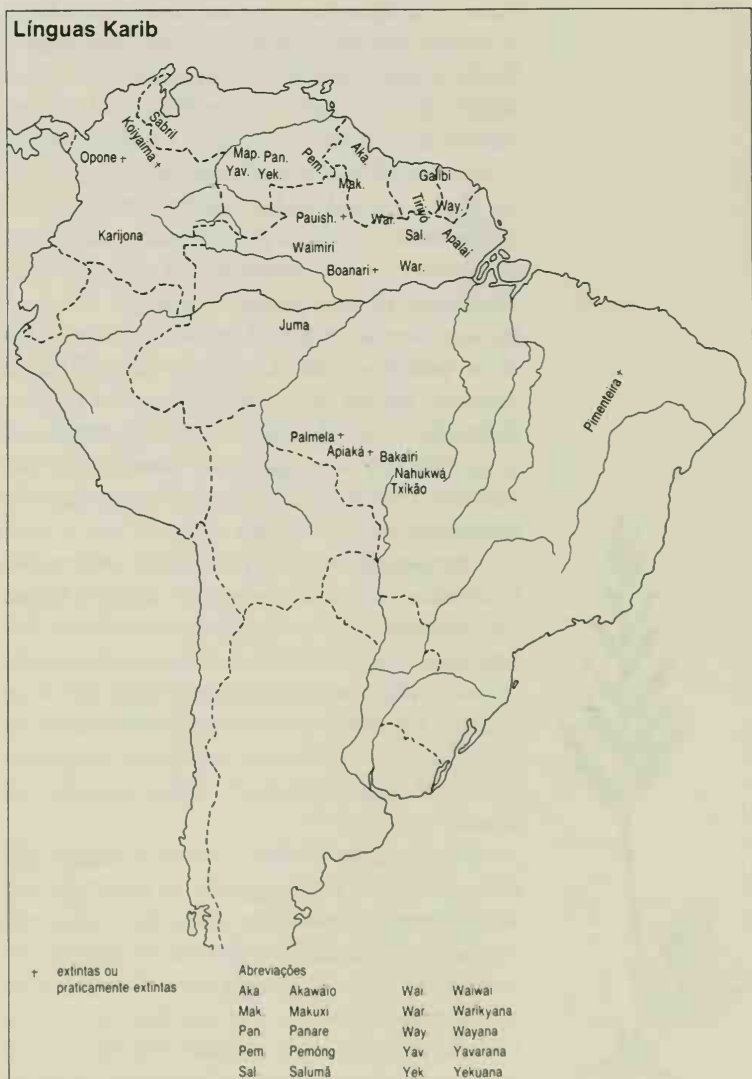
KARIB

Em comparação com os Jê e com os Tupi, não houve nenhuma tentativa de aplicação rigorosa do método comparativo às línguas Karib. Os trabalhos mais recentes são o de Durbin (1985), que na verdade é um levantamento preliminar, preparatório para uma análise comparativa completa, e o de Villalón (1991), baseado numa comparação lexical feita sem a aplicação do método comparativo. Conseqüentemente, nosso conhecimento dessa família ainda é rudimentar, e pode-se imaginar o quanto resta a descobrir a partir de trabalhos futuros, que devem envolver a aplicação da verdadeira técnica comparativa. Rodrigues (1985a), por exemplo, fornece alguns dados valiosos quanto à ligação genética entre línguas Karib e Tupi. Isso poderia significar que as línguas Karib, Tupi e Jê derivam todas de um ancestral comum no passado remoto. Mas não se pode fazer muito até que novas pesquisas sejam realizadas.

Embora nosso conhecimento dos Karib ainda esteja baseado em comparações superficiais, parece evidente que as línguas Karib são

todas bastante próximas, no nível, digamos, da família Tupi-Guarani. Isso indicaria uma dispersão ocorrida há uns 2 ou 3 mil anos. Villalón (1991:88) estima a idade máxima da família Karib em 3290 anos. Entretanto, ainda não dispomos de uma boa noção da subclassificação dessas línguas. Durbin (1986) propôs uma distinção entre Karib setentrionais e meridionais, contestada por Villalón (1991), que propôs, em vez disso, uma distinção geral leste-oeste.

O mapa abaixo mostra a distribuição geográfica da família Karib. Segundo Villalón, essa família originou-se provavelmente em algum ponto das cabeceiras guianenses, entre a Venezuela e as Guianas. Para ela, a primeira ramificação da família seria a migração dos Yukpa (seus Makoita) para o leste, em direção ao nordeste da Colômbia. A segunda ramificação



seria a dos Karijona indo para o sudeste da Colômbia, tendo os Bakairi migrado para o Brasil central mais tarde.

Não se pode superestimar nossa incerteza quanto à subclassificação até que tenha sido feita uma reconstrução geral. Esta é especialmente importante na medida em que há evidências de um considerável empréstimo lexical dentro do núcleo das línguas Karib das Guianas e da Venezuela. Também existem empréstimos, de dois tipos diferentes, entre línguas Tupi e Karib. Rodrigues (1985a) fornece evidências que sugerem uma fase mais antiga de empréstimos entre a família Tupi-Guarani (sem incluir as outras famílias Macro-Tupi) e as línguas Karib setentrionais (sem incluir as línguas Karib ao sul do Amazonas).

É interessante que haja tanto empréstimo entre os grupos Karib, já que isso não ocorre entre os grupos Jê e, no caso dos grupos Tupi, os empréstimos parecem ser do Tupi para o Karib, e não o inverso. Costuma-se associar o empréstimo ao tipo de contato envolvido no comércio e na troca. Villalón (1991:86) chega a uma conclusão semelhante, afirmando que os “dados considerados confirmam a existência de redes regionais pré-colombianas de longo alcance que se estenderam graças a uma vasta rede de rios navegáveis capaz de manter um intenso tráfico de pessoas e bens”. Para se compreender a história da cultura da América do Sul pré-colombiana, será preciso determinar quando essas redes se expandiram, o que requer reconstruções detalhadas. Até que isso seja feito, só podemos especular. No momento, inclinamo-nos a pensar que o contato extensivo, do tipo que produz interações contínuas e regulares e requer alguma forma de código de comunicação compartilhado (bilingüismo, línguas francas, línguas de comércio etc.), não tem mais do que 2 ou 3 mil anos, e talvez seja bem mais recente. Nessa data recuada, o principal papel mediador era provavelmente desempenhado pelas populações Karib.

As populações Jê, assim como as antigas populações Tupi, tanto quanto se pode afirmar atualmente a partir da reconstrução, parecem ter-se aproximado mais do tipo clássico de comunidade isolada. Nessas sociedades, o contato lingüístico costuma se restringir aos membros do grupo local, e quando os grupos se dividem, aparentemente não retomam mais



tarde um contato de tipo constante que possa produzir empréstimos. Esse padrão, com redes de intercâmbio entre comunidades relativamente subdesenvolvidas, é provavelmente o padrão mais antigo no Brasil.

Um aspecto curioso da família Karib, em relação aos Jê e Tupi, é que não tenha sido possível até o momento identificar um grupo mais amplo de “Macro-Karib”, análogo ao Macro-Jê e ao Macro-Tupi. Ou seja, parece que não existem outras famílias menores, com laços mais distantes com a família Karib, que poderiam ajudar-nos a identificar um local de origem karib. As relações mais próximas até agora identificadas não se encontram, entretanto, ao norte do Amazonas, e sim ao sul. Rodrigues (1985a) forneceu evidências extremamente sugestivas — na forma de cem possíveis cognatos — de uma ligação entre os troncos Karib e Tupi. Além disso, propôs uma distinção entre esses cognatos, que indicariam uma origem histórica comum para esses grupos, e os empréstimos, que indicariam contato mais tardio.

A conexão Tupi-Karib ainda não passa de uma hipótese, em meio a tantas outras, mas parece cada vez mais provável. Se essa relação for confirmada, poderemos estar diante de um passado bastante remoto (mais de 6 mil anos), quando a família Karib ter-se-ia desligado do tronco Tupi. Dada a também possível ligação histórica entre Tupi e Jê, tratar-se-ia de um grupo genético de Jê, Tupi e Karib. Os dados de que dispomos atualmente são sem dúvida muito mais sugestivos do que tudo o que já se tinha visto.

Se essa relação for confirmada, seria mais provável que as populações ancestrais desses grandes grupos se encontrassem ao sul do Amazonas do que ao norte. Trata-se de um período remoto em que Tupi e Karib ainda não se distinguiam, embora as populações Macro-Jê provavelmente já tivessem se desligado.

Não sabemos, evidentemente, onde as populações ancestrais do conjunto Tupi-Karib poderiam ter vivido. Pelo menos não temos nenhuma localização precisa. Mas podemos imaginar, a essa altura, que seria algum lugar na área do Brasil central-ocidental, perto da zona de origem dos grupos Macro-Tupi. Uma reconstrução sólida do proto-Karib — não se pode exagerar demais a sua necessidade — poderá, espera-se, lançar luzes sobre a questão.

ARAWAK

Na literatura recente, o termo Maipure é utilizado para caracterizar um conjunto semelhante ao Jê (não ao Macro-Jê) ou à família Tupi-Guarani (não ao tronco Tupi). Graças ao excelente trabalho de David Payne (1991) possuímos agora um grau relativamente alto de certeza quanto às filiações genéticas entre as línguas Maipure, ainda que as subclassificações específicas estejam sujeitas a revisão. As línguas Maipure são relativamente próximas. Pode-se supor uma profundidade cronológica para a família de uns 3 mil anos.

O termo Arawak refere-se a um grupo geneticamente mais abrangente, sobre cujos membros temos menos certezas, menos do que nos casos Macro-Jê ou Tupi. Na verdade, atualmente apenas fazemos suposições quanto às filiações nesse caso. As outras famílias geralmente incluídas no Arawak são as línguas Aruan da região do sudoeste amazônico (Kulina, Paumari, Yamamadi e Deni), a língua Puquina falada nas redondezas do lago Titicaca na Bolívia e as línguas Toyeri ou Harakmbet faladas próximo a Cuzco, no Peru.

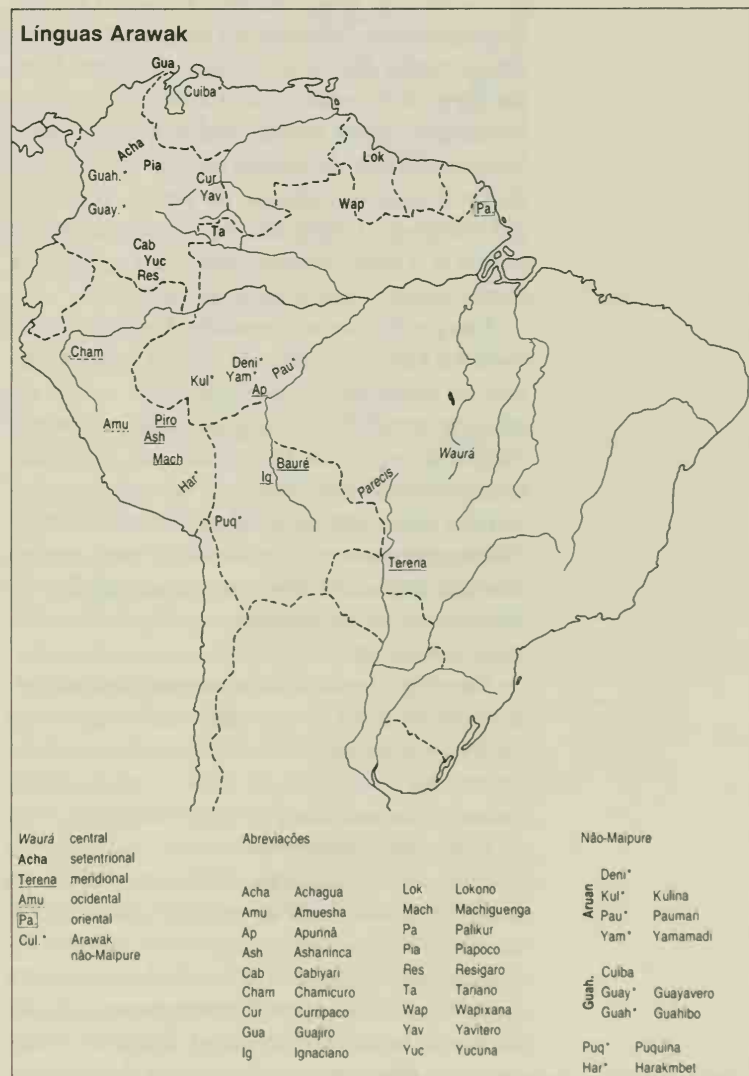
As semelhanças entre as línguas Maipure e as línguas Guahibo da Colômbia e Venezuela (Guahibo, Guayavero, Cuiha) "costumam ser atualmente consideradas como emprestadas" (Payne, 1991:363). O empréstimo também não pode ser descartado em outros casos, como uma característica marcante dentro do grupo Maipure. M. R. Wise (citado em Payne, 1991:372) resume as opiniões quanto à extensão dos empréstimos no caso Amuesha, concluindo que se pode pensar que o Amuesha tenha sido "substituído pelo Quêchua".

De qualquer modo, as línguas Maipure foram organizadas por Payne em cinco subdivisões: setentrional, oriental, central, meridional e ocidental. Esses grandes grupos são mostrados no Mapa 4. Não existe consenso na literatura quanto à origem geográfica do tronco Maipure, embora fique claro que em relação aos Tupi, Jê e Karib os Maipure apresentam uma distribuição genericamente ocidental. Localizá-los com mais exatidão tem sido, entretanto, difícil. Teriam se originado ao longo de um trecho do curso principal do Amazonas, como afirma Lathrap (1970:74)? Teriam uma origem mais setentrional, na região do alto Vaupés, digamos? Teriam se dispersado a

partir de uma área mais a sudoeste, algo como o centro ou o norte do Peru?

O trabalho recente de Payne lança algumas luzes sobre essa questão. Das cinco grandes subdivisões dos Maipure, duas (ocidental e meridional) têm representantes na área centro-norte do Peru. Algumas das línguas setentrionais também não se encontram geograficamente muito distantes dessa área, sendo o Resigaró talvez a mais próxima. Partindo da regra de que a área geográfica que contém a maior diversidade lingüística é provavelmente a zona de origem, a área peruana se apresenta como o possível local de dispersão do ramo Maipure dos Arawak.

Isso é confirmado pelas línguas setentrionais. Desde o oeste da região amazônica, atravessando todo o norte da América do Sul através das Guianas e até as Antilhas, encontra-





mos um único ramo da família no qual ocorreu, entretanto, uma notável proliferação, que sugere algum novo tipo de adaptação.

Esta última hipótese ganha credibilidade quando se examinam as características geográficas de outros grandes subgrupos de Maipure. O ramo ocidental, incluindo Amuesha e Chamicuro, encontra-se numa área montanhosa de transição para as terras baixas. O ramo central, Pareci e Waurá, por sua vez, encontra-se decididamente no planalto. Os Waurá estão nas nascentes do Xingu e os Pareci basicamente na chapada dos Parecis, com altitudes entre 500 e 1000 m. O ramo meridional, línguas Bauré e Ignaciano, se localiza em torno dos Llanos de Mojos, com altitudes entre 200 e 500 m e numa região de nascentes. Os Terena, lingüisticamente bem próximos, mudaram-se para o planalto oriental brasileiro, na área ao longo do alto Paraná. Os Piro, Matsiguenga e Ashaninca-Campa estão todos numa região alta de nascentes do centro-leste do Peru. A exceção aqui é a língua Apurinã, localizada numa região realmente de terras baixas (altitude de menos de 200 m) ao longo do rio Purus no sudoeste do Brasil. O principal subgrupo localizado em região de terras baixas é o ramo setentrional, que apresenta, como vimos, uma grande proliferação.

Um problema interessante desse ponto de vista é o Palicur, localizado junto à costa Atlântica ao norte da foz do Amazonas, numa região em geral de pequena altitude com terras mais altas em redor. Payne não quis, até o momento, considerar o Palicur como mais próximo do ramo setentrional ou do meridional. Conseqüentemente, colocou-o num grupo oriental separado. Mas isso torna difícil a reconstrução da migração que poderia tê-los levado a essa área.

Se o Peru for a zona de origem dos Maipure, pode-se dizer que o ramo ocidental não se deslocou muito, estando próximo do ponto de origem há 3 mil anos ou mais. O grupo meridional teria passado por uma dispersão, com os Ignaciano e Bauré acabando nos Llanos de Mojos e os Terena continuando em direção ao leste, atingindo finalmente o planalto brasileiro. Os Machiguenga, Ashaninca-Campa e Piro teriam permanecido próximo de sua origem geográfica, e os Apurinã teriam penetrado pelas terras baixas do rio Purus. Pode-se imaginar rotas basicamente de regiões de cabecei-

ras que teriam levado o ramo central (Waurá e Pareci) aos seus locais atuais de habitação nas cabeceiras brasileiras. É possível, como argumenta Lathrap, que tenham seguido os cursos dos rios, mas se o fizeram, procuraram regiões de nascentes, com altitudes maiores. Não é inconcebível, contudo, e pode até ser provável, que tenham seguido uma rota terrestre até suas localizações atuais.

Dentro desse quadro geral, é difícil imaginar como os Palicur poderiam ter atingido o nordeste do Brasil. Talvez fossem um destacamento avançado dos Maipure setentrionais, entrando pela periferia setentrional do Amazonas. Ou talvez tenham vindo pelo planalto oriental do Brasil, adiante dos Maipure centrais, mas precisariam ter cruzado o Amazonas perto de sua foz. Ou talvez tenham descido o próprio Amazonas.

De qualquer modo, esses subgrupos não apresentam bases para se afirmar que os Maipure se originaram em terras baixas ao longo do curso principal do Amazonas, como sugere Lathrap (1970:74). Seu ponto de dispersão, há talvez 3 mil anos ou mais, foi mais provavelmente uma área periférica de cabeceiras, não muito diversa das regiões ocupadas pelos ancestrais dos Jê, Tupi e Karib. Embora os Maipure-Arawak tenham feito a maior penetração nas verdadeiras terras baixas, ao norte do Amazonas, tal penetração foi realizada por apenas um dos grandes ramos da família e talvez represente uma nova adaptação ecológica.

Nesse ponto, poderíamos conjecturar que o curso principal do Amazonas não foi a principal rota de dispersão Arawak. Ao contrário, parece provável que os Maipure tenham migrado pela periferia da bacia amazônica, tanto pelo norte como pelo sul, a partir da área peruana, estabelecendo-se apenas mais tarde em regiões de terras baixas amazônicas.

Especulações quanto à rede mais ampla de línguas Arawak ainda são muito embrionárias para que se possa afirmar qualquer coisa em relação à zona de origem Arawak. Se aceitarmos que as semelhanças entre Maipure e Guahibo se devem a empréstimos, as outras supostas línguas Arawak (famílias Aruan e Harakmbet, assim como Puquina) estão todas ao sul e a oeste do Amazonas. Puquina e Harakmbet estão em regiões bastante elevadas. Nesse sentido, a família Aruan parece distinguir-se por ocupar em geral áreas de terras baixas,

com altitude de menos de 200 m, estendendo-se às vezes para terras mais altas. Contudo, mesmo a família Aruan tende a se localizar em regiões de nascentes e montantes, confirmando a hipótese de que os Arawak eram periféricos em relação ao curso principal do Amazonas.

FAMÍLIAS MENORES

As famílias lingüísticas menores tendem a ser geograficamente mais compactas. Não apresentam, assim, tantos problemas para a reconstrução das regiões de origem e dos padrões de dispersão. Além disso, para muitas dessas famílias menores, as profundidades cronológicas não são provavelmente muito grandes, e o grau de distância entre as línguas sobreviventes é comparável ao grupo românico das línguas indo-européias, o que sugere datas de separação de não mais de 3 mil anos. Mas não se pode generalizar demais. Isso provavelmente não é verdadeiro em relação às famílias Tukano e Pano-Takana, mas é certamente verdadeiro no caso Yanomami.

Os menores agrupamentos genéticos no Brasil são as famílias Pano, Guaykuru, Nambikwara, Chapkura, Mura e Katukina ao sul do Amazonas, e as famílias Puinave e Yanomami ao norte. Sua distribuição aproximada está indicada no mapa ao lado.

a) A família Pano é a maior delas ao sul do Amazonas. Graças ao trabalho de Shell (1965), possuímos uma reconstrução básica da família, que está mais ou menos concentrada no oeste do Brasil e no Peru, assim como na Bolívia. Encontram-se nas cabeceiras e altos cursos dos rios Juruá, Purus e Javari. Key (1968) e Girard (1971) demonstraram que a família Pano está relacionada à família Takana da Bolívia, o que confirma a origem dessas famílias no canto sudoeste da bacia amazônica. Pode-se supor profundidades cronológicas para ambas as famílias por volta de 2 a 3 mil anos, tendo a língua ancestral de ambas (proto-Pano-Takana) uma idade de vários milhares de anos.

Especulações acerca da rede mais ampla de filiações para Pano e Takana nos levam mais para o sul (Suarez, 1973), incluindo Mosenen, uma língua encontrada ao longo das cabeceiras do rio Mamoré (Madeira-Guaporé) na Bolívia, e até a língua Tehuelche da Patagônia. Contudo, Milgiazza e Campbell (1988) propuseram uma ligação entre Pano e Takana, de um



lado, e a família Yanomami do norte do Brasil (Roraima) e Venezuela, do outro. Se essa hipótese for verificada, poderemos estar diante de evidências de uma origem meridional também para os Yanomami. Estes têm uma distribuição compacta e uma relação próxima, e assim, de qualquer modo, não se espera uma grande profundidade cronológica para essa família, que tem provavelmente menos de 2 mil anos.

A área de origem dos falantes de proto-Pano-Takana se encontra provavelmente entre as cabeceiras dos rios Madre de Diós e Ucayali, uma área com altitudes entre 200 e 1000 m.

b) A família Guaykuru tem um representante remanescente no Brasil, o Kadiwéu, localizado ao longo da fronteira entre o Brasil e o Paraguai e estendendo-se para o norte até a



junção com a Bolívia. O grosso das línguas Guaykuru se encontra no norte da Argentina e do Paraguai. A família inclui Guaykuru, Pilaga, Toba, Mocoví e Aibipón, além de algumas línguas extintas.

A família se encontra totalmente fora da bacia amazônica, no sistema Paraná-Paraguai. As áreas ocupadas são em geral de baixa altitude (no máximo 200 m), consistindo em extensas planícies com verões em geral muito secos e quentes.

c) A família Nambikwara é formada por três línguas concentradas na região do oeste do Mato Grosso e Rondônia, entre a chapada dos Parecis e a serra do Norte, uma região mais alta, com altitudes entre 200 e mais de 500 m.

d) A família Chapacura se encontra ao longo do rio Madeira e provavelmente originou-se no atual estado de Rondônia, nas redondezas da serra dos Pacaás Novos, uma região de altitudes de mais de 500 m, embora os Chapacura se estendam à bacia do Madeira.

e) A família Mura, atualmente representada por apenas duas línguas, Mura e Pirahã, está localizada ao longo dos cursos médio e baixo do rio Madeira, basicamente na margem direita. Rodrigues (1986:78) propõe que sua primeira localização tenha sido entre os rios Manicoré e Maici, afluentes do Madeira. De qualquer modo, há poucas dúvidas de que se trata de uma região genuinamente de terras baixas. A profundidade cronológica não é certamente grande, talvez nem chegue a 2 mil anos. E se agruparmos Mura, Pirahã e Matanawi, estaremos possivelmente deslocando sua área de origem para mais a montante.

f) Pouco se sabe da família Katukina, que se encontra no extremo oeste do Brasil, entre os altos cursos dos rios Juruá e Javari. Os Katukina são povos claramente de terras baixas, ocupando áreas com menos de 200 m de altitude. Ao mesmo tempo, é possível que a profundidade cronológica da família não seja grande.

g) O outro grande grupo é o dos Tukano, com duas localizações geográficas principais: oriental, na região do alto rio Negro e Vaupés, no noroeste da Amazônia, e ocidental, nas cabeceiras dos rios Caquetá-Putumayo no sul da Colômbia e Equador. Não temos certeza quanto ao grau de diversidade entre as divisões oriental e ocidental, já que não dispomos de uma reconstrução sólida. Os grupos orientais

parecem ser muito próximos uns dos outros. Mas isso talvez se deva ao extremo desenvolvimento do multilingüismo nessa área (Sorensen, 1967; Jackson, 1974, 1983; Grimes, 1955). Tem-se a impressão de que essa área envolve constante interação e comunicação, num grau talvez até maior do que entre os Karib. Qualquer afirmação quanto à influência desse multilingüismo nos empréstimos lexicais e morfológicos terá, contudo, de aguardar uma reconstrução.

Os Tukano orientais, embora periféricos em relação ao curso principal do Amazonas, deslocaram-se para os vales dos rios, e as áreas que ocupam não passam dos 200 m de altitude. Contudo, a profundidade cronológica para esse grupo não é provavelmente grande, e quando os agrupamos aos Tukano ocidentais, com uma profundidade cronológica maior, talvez de 3 a 4 mil anos, emerge um padrão diferente. Os grupos ocidentais ocupam em geral terras mais altas (200-500 m), nas regiões de cabeceiras. É muito provável que os Tukano tenham surgido mais a oeste do que a área dos Tukano orientais sugere. Isso situaria sua origem numa região de altitudes mais elevadas, talvez ainda mais periférica em relação às verdadeiras terras baixas amazônicas.

h) Os Puinave (Maku) são povos de cabeceiras e interflúvios nas regiões afastadas do noroeste amazônico, com altitudes, no entanto, raramente acima de 200 m. Entre as línguas sobreviventes dessa família estão Hupda, Nadob, Wariva, Puinave e Makusa.

i) Os Yanomami são povos de cabeceiras, que ocupam a serra Parima no norte de Roraima e Venezuela, região de altitudes entre 500 e mais de 1000 m. Considera-se em geral que a família Yanomami é formada por quatro línguas mutuamente ininteligíveis mas próximas umas das outras: Yanám (ou Ninám), Sanumá, Yanomám (ou Yainomá) e Yanomámi. A profundidade cronológica da separação dessas línguas não deve ultrapassar os 2 mil anos, e já mencionamos que o Yanomami pode ser geralmente relacionado às línguas Pauo e Takana ao sul do Amazonas.

O mapa da página 97 mostra que as famílias menores tendem a se localizar na periferia da bacia amazônica, e não em seu curso principal. As duas principais exceções são as famílias Katukina e Mura, ambas de povos inequivocamente de terras baixas. Contudo, a pro-

fundidade cronológica destas duas famílias não deve ser grande. Estudos mais aprofundados são necessários para que se possa saber com mais segurança há quanto tempo estariam em suas regiões atuais.

LÍNGUAS ISOLADAS

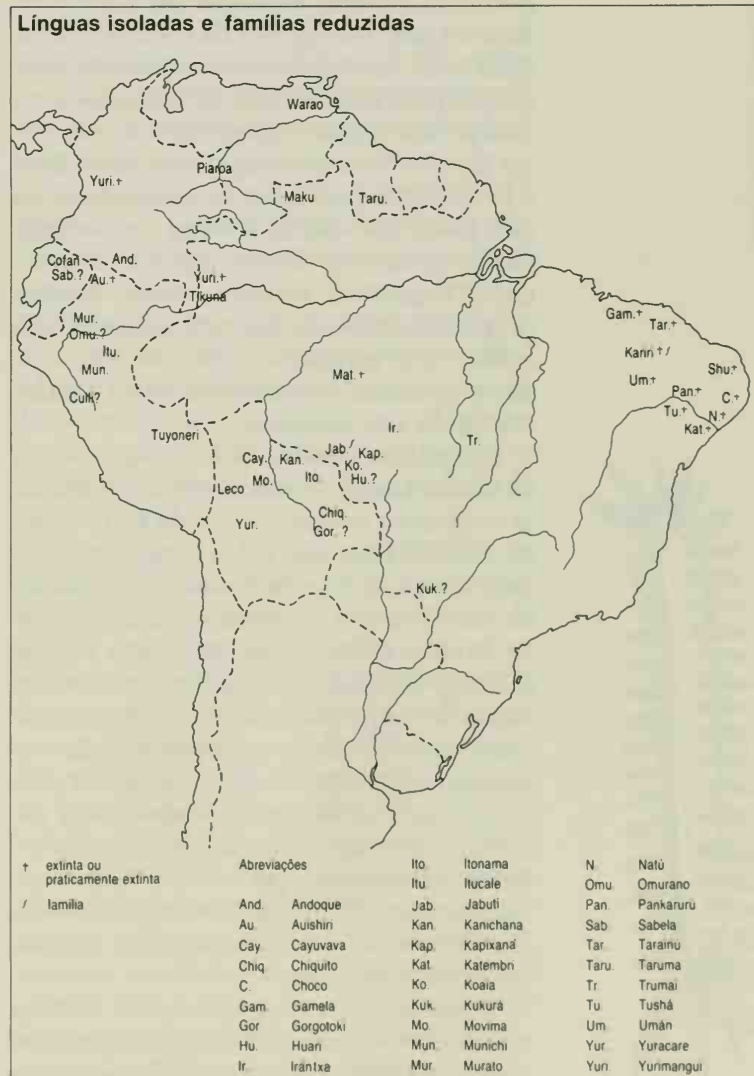
Muitas línguas sul-americanas são *isoladas*, isto é, não possuem ligação conhecida com outras línguas ou famílias lingüísticas. À primeira vista, tais línguas não parecem poder ajudar do ponto de vista da história da cultura, já que não é possível traçar suas origens no tempo ou seus movimentos no espaço. Mas são na verdade muito importantes para se compreenderem as fases mais antigas da história da cultura — datas além do alcance da técnica comparativa, ou seja, anteriores a 4000-5000 a.C.

Como isso é possível? Podemos usar as línguas isoladas como ferramentas para entender as fases mais antigas da cultura brasileira estendendo o princípio básico utilizado para determinar o ponto de dispersão de uma família lingüística. O princípio nesse caso é o de que a área geográfica na qual estão concentrados os membros mais divergentes de uma família é provavelmente a área de origem. Supõe-se que outras comunidades lingüísticas tenham migrado do local de diversidade. Estendendo tal princípio às línguas isoladas, já que estas não possuem filiação genética conhecida, diríamos que áreas em que encontramos concentrações de línguas isoladas são provavelmente focos de dispersões muito antigas. Teoricamente, as línguas isoladas poderiam estar distribuídas num mapa de modo uniforme. Na realidade, no caso sul-americano apresentam o efeito de aglomeração.

O mapa ao lado mostra isso claramente. Utilizando a definição de Kaufman (s. d.) dos grandes agrupamentos genéticos na América do Sul, esse mapa mostra as línguas isoladas e as famílias muito pequenas. A partir do mapa, fica claro que existem três áreas principais de concentração e, conseqüentemente, três focos prováveis de antiga dispersão. São eles: 1) a área do Nordeste brasileiro onde, infelizmente, todas as línguas em questão estão extintas; 2) o planalto a oeste do Brasil e na vizinha Bolívia, em torno da chapada dos Parecis e da serra dos Pacaás Novos; e 3) norte do Peru e Equador. Existem algumas línguas isoladas nas cabeceiras da Guai-

na e da Venezuela, mas esse não parece ser um grande foco.

O estudo das línguas isoladas confirma a hipótese indicada pelo estudo das grandes famílias lingüísticas. A dispersão Macro-Jê pode ter estado ligada a um foco de dispersão antigo no Nordeste do Brasil. A aglomeração de línguas isoladas nessa área sugere que numa data muito remota os ancestrais dos Macro-Jê podem ter estado em algum lugar do planalto entre as bacias do São Francisco e do Tocantins. Do mesmo modo, as populações Macro-Tupi estariam provavelmente ligadas a um antigo foco de dispersão no oeste do Brasil, e os grupos Arawak à dispersão no norte do Peru e Equador. As grandes áreas não nos ajudam a localizar essas famílias com maior precisão. Apenas confirmam que as famílias estavam ligadas a sítios distintos de ocupação antiga.





Uma família permanece fora desse quadro, a família Karib. As poucas línguas isoladas na área venezuelana não fornecem evidências seguras de um foco antigo. Além disso, sabemos que a profundidade cronológica da família Karib não é tão grande como a do Macro-Tupi, Macro-Jê e Arawak. E cresce a probabilidade de que o Karib esteja geneticamente relacionado ao grupo Tupi. A distribuição das línguas isoladas confirma que a região guiano-venezuelana pode não ter sido o foco de antigos desenvolvimentos culturais e teria sido, ao contrário, um local de dispersão secundária, para onde teriam migrado povos vindos de focos mais antigos.

A HIPÓTESE DAS CABECEIRAS OU PERIFERIA

Quando localizamos as prováveis áreas de origem dos ancestrais históricos das famílias Jê, Tupi e Karib, emerge um fato notável. Todas essas áreas são de cabeceiras: o planalto a leste do Brasil, junto ao alto São Francisco, no caso Jê; a área mais extensa entre as cabeceiras dos rios Madeira e Tapajós, no caso Tupi; e os altiplanos guianenses ou venezuelanos no caso Karib. Por volta de 4000 a.C. e talvez até muito depois (ano 1000 ou mais), as comunidades lingüísticas ancestrais dessas famílias ocupavam cabeceiras, com altitudes entre 200 e 1000 m (e geralmente acima de 500 m), e não penetraram nos baixos cursos do Amazonas ou de seus afluentes.

Um padrão semelhante se esboça no caso da família Arawak, se seus ancestrais realmente se originaram no norte-centro do Peru. E ainda que não fosse esse o seu local de origem, parece certo que se localizavam nas cabeceiras amazônicas — contrariamente à hipótese de Lathrap (1970:74), de que teriam surgido ao longo do curso principal do Amazonas, na região de sua junção com o rio Negro. Os Arawak podem ter sido os primeiros a mudarem-se para regiões mais baixas, como indica o ramo setentrional da família Maipure, mas parecem seguir um padrão de distribuição periférico aos principais cursos d'água, ou seja, mais próximo das cabeceiras do que das várzeas. Trata-se de altitudes entre 200 e 1000 m, como nos outros casos.

Nosso breve resumo das outras famílias mais importantes revelou certa conformidade com esse padrão periférico, e algumas exce-

ções. O que deve ser lembrado em relação a essas famílias menores é que a profundidade cronológica que é possível reconstruir para elas nunca é muito grande — na faixa de 2 a 3 mil anos no máximo. Conseqüentemente, as regiões de origem encontradas não correspondem às posições que ocupavam seus ancestrais há 5 ou 6 mil anos. Nos casos em que se pode recuar mais no tempo, como acontece em relação aos Tukano e aos Pano, a hipótese cabeceiras/periferia torna-se mais provável. De qualquer modo, a hipótese funciona bem também para os outros grupos lingüísticos. Não há famílias lingüísticas com profundidades cronológicas superiores a 1000 a.C. cujas zonas de origem se encontrem basicamente no médio e baixo Amazonas. De fato, não há nenhuma zona de origem fora das áreas periféricas.

Através das línguas, com o auxílio da técnica de reconstrução, começamos a perceber uma possível seqüência da história cultural. Por volta de 4000 a.C. e possivelmente até 1000 a.C., a distribuição das famílias sugere uma localização periférica em relação ao curso principal do rio Amazonas e geralmente em terras altas. Os dados de que dispomos atualmente sugerem que o movimento para as regiões mais baixas foi muito mais recente. Embora áreas de baixas altitudes possam ter sido anteriormente ocupadas, a área de ocupação era periférica ao rio Amazonas e geralmente em regiões de cabeceiras.

O estudo das línguas isoladas fornece talvez a mais clara confirmação da hipótese cabeceiras/periferia, já que os aglomerados em questão representam provavelmente focos de dispersão muito recuada no tempo, provavelmente anterior a 4000 a.C. Em todos os casos, trata-se de cabeceiras. No Nordeste brasileiro, temos um planalto elevado com altitudes bem acima de 200 m e em muitas partes acima de 500 m. O mesmo ocorre na área de cabeceiras no oeste do Brasil e na Bolívia, em torno da chapada dos Parecis e da serra dos Pacaás Novos. No Peru, trata-se da beira dos Andes, com altitudes variando entre menos de 200 m e mais de 1000 m. Mesmo no caso de nossa área secundária de dispersão — os altiplanos guiano-venezuelanos — encontramos altitudes comparáveis.

Se havia ocupação permanente ao longo do curso principal do Amazonas, isso não se reflete nas línguas sobreviventes documentadas.

Podem-se facilmente imaginar outros padrões de dispersão — famílias principais cujas localizações indicam origens basicamente ao longo do curso principal do rio Amazonas — mas isso não parece ter ocorrido. Se essas áreas foram ocupadas entre 4000 e 1000 a.C., seus ocupantes não deixaram descendentes. Teriam sido empurrados por outros povos vindos de áreas periféricas e de cabeceiras.

A história da cultura do Brasil durante essa fase remota provavelmente envolveu padrões adaptativos bastante distintos daqueles descritos para as tribos genuinamente de terras baixas durante o período histórico. O desenvolvimento cultural-histórico refletido na língua sugere um movimento gradual para regiões de menores altitudes, correspondendo a padrões diferentes de adaptação. A verdadeira invasão dessa região não teria provavelmente ocorrido antes de 1000 a.C. e pode ter estado ligada à maior importância adquirida pela agricultura em relação à coleta. De qualquer modo, parece suficientemente confirmado que o movimento se deu de zonas de altitudes mais elevadas (200 a 1000 m) para zonas de altitudes mais baixas (menos de 200 m). Ainda há muito a fazer para reconstruir as trajetórias e cronologias específicas desses movimentos.

O PAPEL DA LÍNGUA NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-CULTURAL

Costuma-se pensar que a língua reflete passivamente desenvolvimentos em outros aspectos da cultura. Mas é importante considerar que a mudança no caráter sociolingüístico das comunidades pode ser uma força atuante em desenvolvimentos culturais mais amplos. Essa é uma área que merece investigação cuidadosa de especialistas em lingüística histórica.

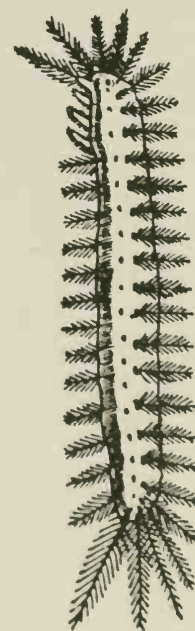
Na maior parte do tempo, os lingüistas estão interessados em saber quais palavras foram emprestadas de outra língua para poderem eliminá-las de suas reconstruções. As reconstruções fornecem informações de origem genética e dispersões, como foi indicado na presente discussão. Mas o estudo dos empréstimos também pode ser elucidativo dos contatos entre grupos, e estes podem ser cruciais para se entenderem estágios posteriores de desenvolvimento histórico-cultural, quando se formam alianças políticas e se constituem formações sociais de escala mais ampla.

Nesse sentido, historiadores da cultura po-

dem considerar o papel ativo que a língua pode desempenhar em tais integrações de larga escala. Segundo um modelo de desenvolvimento cultural brasileiro, as fases mais antigas caracterizar-se-iam pelo contato limitado entre membros de comunidades lingüísticas distintas. As divergências entre as línguas seriam atribuídas às divergências entre essas comunidades, as quais, uma vez separadas, tenderiam a permanecer separadas. Os Macro-Jê e outros povos ligados ao foco de dispersão do Nordeste brasileiro refletem mais perfeitamente esse modelo de processo social uma língua/uma comunidade, a que provavelmente se conformam também de modo geral os Macro-Tupi e outros grupos dentro da área maior de dispersão do oeste do Brasil.

É no norte e no oeste da região amazônica que se desenvolvem diferentes padrões lingüísticos. Já apontamos para o papel do empréstimo no caso das línguas Karib e também em algumas línguas Maipure-Arawak. Que tipos de contato teriam levado a esses empréstimos? Tratar-se-ia de um multilingüismo difundido? Línguas de comércio teriam se formado nessa área em tempos pré-colombianos? Qual a idade desses padrões? Essas são algumas das questões que é preciso abordar em relação ao papel da língua. No caso Tukano oriental, o multilingüismo tem sido a norma, constituindo a base para uma integração social e cultural mais ampla numa grande região, apesar de diferenças lingüísticas. Precisamos saber mais acerca do papel do multilingüismo, línguas de comércio etc. em relação às áreas do norte do Peru e Equador.

Suspeita-se que tais desenvolvimentos sociolingüísticos constituem a base de uma posterior integração social e política. Em vez de apenas refletirem desenvolvimentos sócio-políticos, as mudanças sociolingüísticas podem desempenhar um papel central. Estudos mostraram, por exemplo, que o Quêchua se difundiu no Equador antes da ascensão do Império Inca (Stark, 1985, baseado em Torero, 1964 e Parker, 1963). Deveríamos ao menos considerar a possibilidade de fenômenos sociolingüísticos conduzirem, em vez de apenas seguirem, outros aos quais normalmente os associamos, especialmente sistemas de comércio e troca, de um lado, e integração política em larga escala, de outro. Afinal, o comércio *pressupõe* alguma forma mínima de comunicação,



é apenas uma espécie de funcionalismo teológico que nos força a concluir que o multilingüismo, línguas francas etc. desenvolvem-se *de modo a* facilitar o comércio, em vez de este se desenvolver porque já foi estabelecida uma relação social. Conforme cresce nosso conhecimento de lingüística comparativa, deveríamos ter mais meios de testar várias hipóteses sobre as relações entre a sociolingüística e a origem desses outros padrões.

CONCLUSÕES

Enquanto não são feitos os trabalhos básicos tão necessários — tanto análises que utilizem rigorosamente o método comparativo como, em alguns casos, descrições gramaticais básicas —, podemos começar a avaliar a contribuição da lingüística comparativa para a teoria de médio prazo, isto é, para o período de 4000-5000 a.C. até o presente. Podemos recuar ainda mais através do estudo da distribuição das línguas isoladas, mas nosso conhecimento se torna mais cristalino à medida que nos aproximamos do presente. No atual estágio de desenvolvimento das técnicas lingüísticas, não se deve esperar que estudos de língua possam resolver questões ligadas à origem dos povos sul-americanos. É claro que qualquer tentativa de classificação que tente reduzir a diversidade empírica das línguas indígenas sul-americanas a três ou quatro grandes agrupamentos genéticos é pouco mais, no momento, do que uma suposição. Mas essas especulações podem levar a novas descobertas muito importantes e a novos dados sobre relações cronologicamente remotas.

O que se vê mais claramente, e com um grau maior de certeza, atualmente, é um padrão de ocupação antiga no Brasil (4000-5000 a.C.) periférico ao curso principal do Amazonas, o que pode refletir uma adaptação a cabeceiras. E podem-se localizar três grandes

troncos lingüísticos (Jé, Tupi e Arawak), cada qual associado a um foco em cabeceiras e/ou periférico (planalto oriental do Brasil, região da chapada dos Parecis no oeste do Brasil e na Bolívia, e centro-norte do Peru, respectivamente). Essas áreas geográficas são também os locais de aglomeração de línguas isoladas, sugerindo áreas de dispersão lingüística muito antiga. Uma quarta área, os altiplanos guiano-venezuelanos, área das línguas Karib, parece ser um foco secundário de dispersão, mais recente do que os outros três.

As distribuições sugerem que a ocupação das terras baixas propriamente ditas se fez mais tarde, embora possa haver ocorrido incursões temporárias nessas zonas, com migrações regulares ou ocasionais de povos das cabeceiras e regiões periféricas. De acordo com esse quadro, a ocupação permanente das terras baixas é provavelmente posterior a 1000 a.C.

Precisamos de mais pesquisas para elucidar o empréstimo lingüístico. Os dados de que dispomos atualmente indicam situações de intenso contato, multilingüismo, línguas de comércio etc. para uma região que vai do extremo oeste da bacia Amazônica para o norte e em seguida para o leste, cruzando toda a América do Sul ao norte do Amazonas. O centro e o oeste do Brasil, ao contrário, parecem ser áreas nas quais a hipótese tradicional uma língua/uma cultura/um povo tem maior credibilidade. Se esse padrão for confirmado por pesquisas futuras, pode se revelar valioso para desvendar os segredos da história da cultura ameríndia brasileira. Somente então poderemos realmente recuperar o passado remoto do Brasil, com uma visão viva de movimentos, adaptações e transformações que deram origem ao grande florescimento cultural encontrado no Novo Mundo no século XIX pelos primeiros exploradores europeus.

NOTAS

(1) Genética, nesse sentido, não tem nada a ver com biologia ou genes. Refere-se a processos históricos nos quais, ao longo do tempo, uma língua se diferencia em dialetos e, finalmente, em línguas derivadas distintas. A partir destas últimas, a língua-mãe pode ser reconstruída.

(2) Acerca do método de reconstrução, ver Antilla

(1972). O trabalho clássico no assunto é Meillet (1937 [1912]).

(3) Por Emile Benveniste em seu trabalho intitulado *Língua e sociedade indo-européias*. Outro trabalho interessante é a tentativa de Paul Friederich (1970) de reconstruir os nomes para as árvores proto-indo-européias (*Proto-Indo-European Trees*). Não possuímos nada de comparável para a história da cultura brasileira.

